

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fio Direto

SUELY ARANTES

Argumento

A oposição ao governo argumenta que é inconstitucional incluir o gasto de 2% com a UEG nos 25% de vinculação constitucional da educação básica. Deputados dizem que afrontaria a lei orçamentária.

Fiscalização

A Comissão de Educação, presidida por Talles Barreto, vai requerer gastos do governo com Educação de 2011 até o primeiro quadrimestre de 2019 ao TCE. "Dizem que o Governo Eliton não gastou o percentual mínimo em educação em 2018, mas em anos anteriores gastou. Temos que ver se há compensação", diz Talles.



Enel terá prazo de 6 meses para investir R\$ 3 bi em Goiás

Governador Ronaldo Caiado (DEM) propõe termo de compromisso para que a Enel invista R\$ 3 bilhões, em 6 meses, a ser firmado na próxima segunda-feira, em Goiânia, com aval do Ministério de Minas e Energia, Aneel, Tribunal de Contas da União e Congresso Nacional

Helton Lenine

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, André Pepitone, afirmou que, na próxima segunda-feira, em Goiânia, será firmado termo de compromisso, envolvendo o Governo de Goiás, Aneel, Tribunal de Contas da União e Congresso Nacional, para que a Enel invista R\$ 3 bilhões, em 6 meses, em equipamentos de manutenção, ampliação de redes de distribuição e aquisição de transformadores de energia.

A revelação foi feita por André Pepitone durante audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Federal, em Brasília, onde compareceu para falar sobre a qualidade nos serviços de distribuição de energia do país.

Durante a audiência, o diretor-geral da ANEEL, André Pepitone, lembrou que o trabalho de regulação desempenhado pela agência é

fundamental para garantir os investimentos necessários para assegurar a qualidade dos serviços. "O setor elétrico é intensivo em capital e os investimentos são recuperados no longo prazo. O que permite esses investimentos é a segurança do ambiente de negócios, garantida por um órgão regulador que atua com previsibilidade, e que dialoga com a sociedade", disse.

Olíder do Podemos, José Nelto, que participou da audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor, afirmou ao DM que a iniciativa de propor o acordo com a Enel será do governador Ronaldo Caiado. "Posso dizer que será uma vitória do governador, porque ou a Enel faz os investimentos necessários ou em Goiás ou a concessão será interrompida em seis meses".

José Nelto ressaltou o trabalho realizado pelo governador Ronaldo Caiado junto ao Ministério de Minas e Energia, Aneel e à bancada federal de Goiás no sentido de que uma po-

sição seja tomada em relação ao futuro da Enel em Goiás. Segundo ele, várias alternativas foram apresentadas ao governo federal e tudo indica que o consenso será em torno da proposta de novo prazo para a empresa italiana possa fazer investimentos em Goiás.

Nos últimos meses, o governador, deputados federais e estaduais se mobilizaram no sentido de cobrar da Enel novos investimentos para melhorar os serviços prestados à população goiana na distribuição de energia elétrica. Chegou-se até a falar na volta da Celg, através do cancelamento da concessão à Enel, o que seria feito através da Eletrobras.

Ronaldo Caiado chegou a tratar do assunto com o presidente Jair Bolsonaro, que se colocou ao lado da mobilização do Governo de Goiás para que uma solução seja tomada, a curto prazo, visando a melhoria dos serviços da Enel em Goiás ou mesmo a suspensão do contrato da empresa italiana.



André Pepitone (Aneel)



Deputado José Nelto



POLÍTICA

MP propõe ação contra Enel e Marconi Perillo

JUSTIÇA Segundo promotor, renúncia fiscal de ICMS teria propiciado dano ao erário de R\$ 57,139 milhões e o enriquecimento ilícito da distribuidora

Katherine Alexandria

katherine.alexandria@opopular.com.br

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) propôs ontem uma ação de improbidade administrativa contra a Enel Distribuição Goiás e o ex-governador Marconi Perillo (PSDB). O motivo é a renúncia fiscal de ICMS concedida à empresa que arrematou a antiga Celg Distribuição em novembro de 2016.

Segundo o promotor de Justiça Fernando Krebs, responsável pela proposta, o ex-governador, ao conceder o benefício, propiciou um dano ao erário na ordem de R\$ 57,139 milhões – valor informado pela Secretaria de Economia – e consequente enriquecimento ilícito da Enel.

A renúncia, a que ele se refere, se deu pela Lei 19.473, de 03 de novembro de 2016, que possibilitou que créditos outorgados fossem utilizados no Fundo de Aporte à Celg Distribuição (Funac). Essa mesma lei foi revogada em abril de 2019. O promotor sustenta que como governador

Perillo deveria ter analisado o impacto para o caixa estadual. Ao propor a renúncia, afirma que descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o projeto de lei não atendeu a requisitos legais. Entre eles, a estimativa do impacto orçamentário e a previsão de compensação.

O MP-GO pediu tutela provisória de evidência consistente no bloqueio de bens dos réus, no total de R\$ 285,699 milhões.



“Como parte do processo de privatização (...), os créditos do Funac tiveram a possibilidade de serem compensados”

Enel, em nota à reportagem

Em resposta, a Enel reforçou que entende que a lei, editada no início de 2019, fere a segurança jurídica, viola direitos adquiridos e prejudica o ambiente de investimentos no Estado e no País. Defendeu que “como parte do processo de privatização, definido pela lei 19.473/2016, os créditos do Funac tiveram a possibilidade de serem compensados por meio do ICMS, em valor equivalente aos passivos de contingências administrativas e judiciais anteriores a janeiro de 2015 (antes da privatização da Celg-D)”, diz em nota.

A empresa afirmou ainda que tal medida, assegurada legalmente pelo Estado, foi uma premissa fundamental para viabilizar a privatização da Celg-D.

Já o advogado do ex-governador, João Paulo Brzezinski, informou que essa ação é uma cópia de outra de improbidade administrativa, também proposta pelo MP-GO, só que sobre renúncia de IPVA de veículos de propriedade dos Centros de Formação de Condutores (CFCs).

Nos dois casos, a defesa de Perillo afirma que foram feitos estudos de impacto econômico-financeiro. Brzezinski pontua que o MP-GO, quando propôs a ação, pegou cópia do processo legislativo na Assembleia, sendo que o estudo com essas previsões estariam na Casa Civil. Por isso, acredita que essa ação terá o mesmo fim da primeira, em que os bens do ex-governador foram desbloqueados.

ACORDO

Já sobre o desempenho do serviço da Enel no Estado, o governador Ronaldo Caiado (DEM) confirmou ontem que assinará na próxima segunda-feira (26), em Goiânia, um acordo com a diretoria da distribuidora por uma melhoria do atendimento. Participarão do ato o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), representantes da Celg GT, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e bancada federal.



Estado altera legislação para OSs

A organização escolhida estava entre as inabilitadas para administração, mas projeto de Lei do Estado modificou um item específico

Daniell Alves

Mesmo inabilitado, o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS) foi escolhido pelo Governo de Goiás para administrar o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). O Estado alterou a legislação para definir a entidade como Organização Social (OS) de administração da Unidade de Saúde. Os dados que comprovam estas informações estão publicados no site da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás (SES-GO) sobre o processo.

O INTS estava entre as três organizações consideradas não aptas para administrar a Unidade de Saúde como OS. Segundo a Comissão Interna de Chamamento Público, a entidade não cumpriu os requisitos estabelecidos pela Lei nº 15.503/2005, que trata sobre a qualificação de entidades como organizações sociais es-



O INTS estava entre as três organizações consideradas não aptas para administrar a Unidade de Saúde como OS

taduais, além de disciplinar o procedimento de chamamento e seleção públicos.

Na ata de abertura da sessão pública, feita em 16 de maio, a Comissão informou que o INTS foi considerado inabilitado porque não constava a participação de membros do poder público no Conselho de Administração da empresa.

Para reverter este quadro, o Estado enviou para a As-

sembleia Legislativa de Goiás (Alego), no dia 26 de abril, projeto de Lei que alterava especificamente esse item. O projeto foi aprovado nas duas votações da Casa, sancionado pelo governador Ronaldo Caiado no dia 31 de maio.

A partir disso foi extinta a necessidade de membros do poder público no Conselho de Administração das OSs. Isso fez com que o INTS vol-

tasse a ser habilitado no processo. Assim, a OS apresentou recurso com base nas alterações realizadas pelo Estado e conseguiu ser habilitada.

Confusão

A Comissão responsável por todo este processo foi criada por uma portaria da SES-GO em 29 de abril deste ano. Todos os documentos publicados contêm assinatu-

ra de Thiago Angelino Martins da Silva. A partir do dia 14 maio, os arquivos passaram a ser assinados por Rafaela Troncha Camargo. Porém, a portaria 400/2019 mostra Rafaela como presidente da Comissão desde sua criação. Já o nome de Thiago, que assinou os documentos no cargo de presidente, não consta como um dos membros no documento.

Colaboradores lotados no Hugo foram devolvidos

Rafaela Camargo atua como servidora da Secretaria de Estado da Administração (Segplan) e, no início do ano, estava lotada no Hugo. Em fevereiro, o secretário de Saúde, Ismael Alexandrino Júnior, teve conhecimento dos servidores lotados na unidade e alguns foram devolvidos aos seus órgãos de origem. Entre eles a atual presidente da Comissão Interna, Rafaela.

Alegando que a situação ocorreu sem as previsões contidas no contrato, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Goiás (Sindipúblico), protocolou um mandado de segurança na Justiça. A medida foi para garantir a permanência dos servidores nos locais onde estavam lotados. Desse modo, a Justiça, concedeu liminar ao Sindicato, permi-

tindo que os servidores pudessem retornar ao Hugo. Rafaela Camargo não retomou o trabalho no Hospital.

Desligamentos não acontecer

A Secretaria de Estado da Casa Civil afirma que a alteração foi feita "considerando a existência de formas mais eficazes de controle e fiscalização dos contratos de gestão

e a imperiosa ampliação do procedimento de seleção, entendendo ser desnecessária a exigência de participação de membros do Poder Público na composição do Conselho de Administração das Organizações Sociais".

A SES-GO, sobre a definição da Comissão Interna de Chamamento, diz que "os membros foram selecionados considerando critérios e com-

petências técnicas para agirem com lisura e transparência". De acordo com o órgão, é provável que ocorram alguns desligamentos de funcionários durante o processo de transição. Os critérios adotados, segundo afirma, são discricionários da OS vencedora do certame. (Daniell Alves é estagiário do jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rhudy Crysthian)



Vereadores defendem manutenção de contratos temporários da UEG

O vereador Denício Trindade (SDD) apresentou um requerimento na sessão desta quarta-feira (21), da Câmara Municipal de Goiânia, para que seja feita a propositura de um termo de conduta com o Poder Judiciário com o intuito de garantir a permanência dos professores e cargos administrativos da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O documento foi assinado por 33 dos 35 vereadores presentes e será encaminhado ao reitor da UEG, Ivano Alessandro Devilla.

Denício defende a continuidade dos contratos desses servidores, “mas oferecendo como contrapartida a realização de concurso público e o chamamento dos aprovados durante o período vigente do contrato”. Para o parlamentar, a UEG já demonstrou ser uma das maiores instituições do ensino do país.

Funcionamento comprometido

“Entretanto, a maior preocupação ali é a demissão dos funcionários temporários. Os números assustam, ou seja, cerca de 1.490 funcionários,

entre os quais 700 professores e 790 técnicos administrativos poderão ser demitidos, o que comprometeria profundamente o funcionamento do campus de todo Estado, como o de Uruaçu, por exemplo, que teve biblioteca fechada em decorrências das demissões”, afirmou Denício.

O vereador finaliza seu requerimento, ressaltando a importância da manutenção dos servidores. “Um ato que não prejudica a formação acadêmica dos mesmos, daí a necessidade de manter tais contratos, evitando, assim, que grandes prejuízos ocorram durante esse período”, concluiu Denício.

*O documento
foi assinado
por 33 dos 35
vereadores
presentes
e será
encaminhado
ao reitor da UEG*